

O Papel da Informação e os Indicadores da SEI

Frederico Santana dos Reis*

O papel da informação e dos indicadores produzidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) e seus limites e importância junto aos diversos segmentos da sociedade - eis o tema central deste artigo que tem por objetivo avaliar de que forma estes indicadores contribuem efetivamente para o planejamento e a tomada de decisões por parte dos empresários, trabalhadores, do próprio setor público, enfim de todos os que por ventura necessitem dessas informações para seu desenvolvimento. Será abordada, ainda, a importância que a informação tem nos dias atuais para o desenvolvimento tecnológico e social no quadro da recente discussão sobre a nova etapa deste processo: a busca do conhecimento.

Em recente pesquisa feita junto a empresas japonesas, chegou-se à conclusão que uma pessoa não terá sucesso em seus negócios se não criar um conhecimento novo. Alguns homens de negócios têm atuado com um quadro de profissionais que não buscam mais utilizar intensamente a tecnologia da informação, mas procuram captar e analisar os palpites, as perícias e as percepções originais ou *insights* de certas situações por parte de seus funcionários. Um palpite, aparentemente teria grandes chances de estar errado, o que seria caracterizado como má informação. Já a perícia e o *insight* representam algo mais do que receber e processar fatos (Gazeta Mercantil, 07/06/95).

A principal crítica feita por essa pesquisa é de que a era da informação não considera a diferenciação, o que representaria, na verdade, um retrocesso em vez de um avanço. Na era da informação iniciou-se um processo intenso de coleta de informações, que foram sistematicamente armazenadas no computador. Neste movimento reduziu-se sensivelmente a capacidade

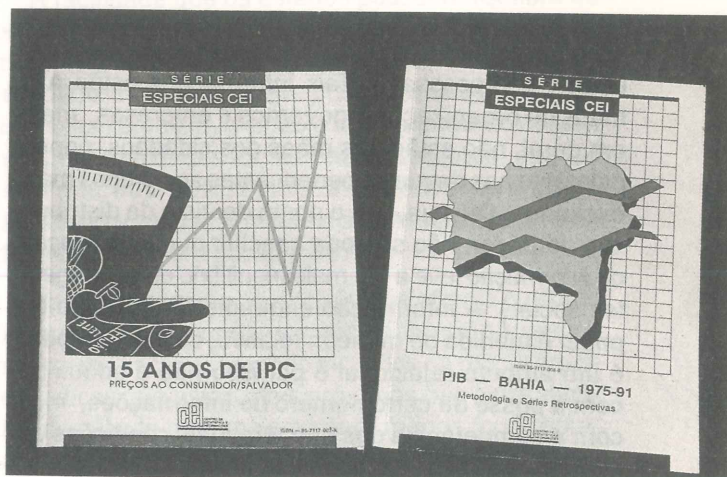


Foto: Valéria Simões

de distinguir quais as informações úteis das dispensáveis. Segundo os pesquisadores, a existência de informação é muito importante, mas é bom assinalar, observam, que quanto mais ela é produzida, maior é a necessidade de interpretá-la. Os pesquisadores japoneses destacam, ainda, que a informação colocada de forma isolada dificilmente produz grandes *insights*.

Os resultados dessa pesquisa nos instigam a analisar o papel e a importância dos indicadores estatísticos (econômicos, sociais, etc.) juntamente com a relevância do poder analítico que eles contêm. O que se verifica, muitas vezes, é que, a depender do usuário, as estatísticas podem servir a dois sentidos opostos, isto é, permitem ambiguidades.

Uma das grandes ondas do mundo atual é a crença na informação. A Internet é um exemplo disto. Desde que se desenvolveu, gradualmente, a noção de que vivemos numa *sociedade da informação* que se tenta explicar os fatos através da informática, cuja capacidade de armazenamento de informações, e velocidade de recuperação dos dados em sistemas de memória de massa, de processamento dos computadores e equipamentos subsidiários, é muito importante.

Contudo, existem dois aspectos relativos ao papel da informação que podem ser questionados. O primeiro se refere à ligação direta entre o acúmulo de informação e o nível de conhecimento e o segundo ao fato de que a existência da informação e de seus veículos seja suficiente

para garantir acesso inteligente e, principalmente, operacionalização desta informação de modo a garantir sua adequada utilização em termos privados ou públicos.

Um grande volume de informações exige a mobilização de recursos humanos e materiais para poder ser apreendido e processado. Tais informações estão nas mãos de organizações, governos e empresas, mas, em geral, não estão nas mãos dos cidadãos, principalmente nas daqueles pertencentes aos grupos mais excluídos. Ou seja, sob o ponto de vista da distribuição do poder, não se pode concluir que a *revolução da informação* leve a um maior equilíbrio entre os agentes sociais. A informação enquanto instrumento de poder é medida de maneira relativa, ou seja, o poder é um atributo relacional e por isso não é adquirido com a posse de certo número de informações, mas com a competência dos que têm mais condições de processá-las melhor que outros (Abramo, 1995).

Sendo assim, sempre se supõe que acumular informações levaria a um crescimento correspondente de seu ordenamento, articulação e síntese, além de também elevar seu grau de complexidade. Na verdade, supor que exista uma informação que seja passível de ser resumida ou sintetizada parece ser um erro. Também parece ser equivocada a idéia dominante de que a informação é composta por peças que se encaixam em níveis, onde os dados brutos estariam em sua base, organizados em categorias conforme a origem. Estas peças se articulariam entre si por meio de conjuntos e princípios ordenadores, compostos no âmbito de cada finalidade prática ou interesse específico, formando novas categorias e assim por diante.

Portanto, "O que alimenta a ilusão de que a informação pode ser *processada* mecanicamente e, des-

" Como o poder da informação está atrelado à manutenção do poder político, observa-se, geralmente, que no setor público tem se investido apenas em informática e sistemas de processamento eletrônico de dados para a formação de acervos de dados aos quais o usuário não tem livre acesso. "

se modo, produzir conhecimento é uma modalidade de empirismo vulgar e, portanto, de irracionalismo" (idem, 1995).

O debate que existe nos países desenvolvidos assenta-se sobre o papel desempenhado pelas *indústrias do conhecimento* e pelas *tecnologias de informação*. As nações que detêm as tecnologias de organizar, tratar e disseminar informações tornam-se dominantes em relação àquelas que não possuem tais tecnologias (Sá, 1993).

Segundo Peter Drucker - um dos maiores especialistas em administração, especificamente em se tratando da revolução da informação -, uma *base de dados*, por maior que seja, não é informação. Ela é *minério de informação*. Para ele, uma matéria-prima se transformará em informação apenas depois de organizada para uma tarefa, dirigida para um desempenho específico, aplicada a uma decisão. Os especialistas em informação são fabricantes de ferramentas. Segundo Drucker, o primeiro desafio enfrentado pelos usuários de informações, sejam eles executivos ou técnicos, é ter de decidir quais informações usar, para que e como. Eles precisam tornar-se conhecedores da informação.

Quando estas perguntas são feitas, vê-se claramente que as informações de que uma empresa mais depende somente estão disponíveis numa forma primitiva, desorganizada, pois se referem a dados sobre o que acontece fora dela. É fora da empresa que estão os resultados, oportunidades, ameaças. Normalmente, as empresas coletam dados externos relativos ao dia a dia do mercado (o que, onde e como os clientes compram). Poucas empresas procuram obter informações sobre os seus não-clientes e, muito menos, integrá-las às suas bases de dados. Por outro lado não se pode esquecer que o número de não-clientes é bem superior ao de clientes.

Quando se trata de informações de fora do mercado (dados demográficos, comportamento e planos dos concorrentes - atuais e potenciais - tecnologia, economia, flutuações cambiais, movimentos de capital) os dados são inexistentes ou bastante genéricos. Poucas foram as tentativas de verificar os efeitos dessas informações sobre as decisões de uma empresa. Ou seja, como obter, testar e juntar essas informações a um sistema já existente e torná-las eficazes para o processo de decisões da empresa é o segun-

do desafio desses usuários de informações.

Para Drucker, portanto, os defensores dos computadores ainda estão preocupados com maior velocidade e memórias de maior capacidade. Mas cada vez mais os desafios não serão técnicos. Ao contrário, eles estarão ligados à conversão de dados em informações utilizáveis.

A crescente utilização de tecnologia nos processos produtivos, visando garantir a competitividade, além de atender às demandas da sociedade, levaram as organizações a buscar o domínio da informação (com as quais conhecerão, escolherão e aplicarão alternativas tecnológicas e de mercado extremamente competitivas) como instrumento para sua sobrevivência. Ou seja, a informação serve como elemento estratégico para as organizações e como elemento de disputa do poder político-econômico. O não-fornecimento de informação tecnológica, por exemplo, mantém o concorrente cada vez mais submisso (Barbosa, 1994).

Neste sentido, a importância de um sistema de informações (SI)⁽¹⁾ está atrelada à facilidade de acesso dessas informações às mãos dos usuários. Sem usuários, a informação não consegue atingir um dos seus principais objetivos, que é o de subsidiar os processos decisórios.

Nos sistemas de informações, uma das formas de manifestar o poder que a propriedade da informação oferece é a restrição desta - que é a forma mais evidente - e o não-fornecimento da mesma quando produzida e das metodologias empregadas.

Para as informações que advêm do setor público, deve-se considerar que o problema do poder sobre os dados públicos está, antes de tudo, estritamente vinculado ao consenso político. Isto é correto se consideramos que o produtor dos dados atua dentro de limites políticos-institucionais (Boschiglia, 1994).

O setor público (principalmente o federal e o estadual) controla uma grande quantidade de dados, mas, por outro lado, possui poucos sistemas de informações que estejam disponíveis para a sociedade e, mais grave ainda, para as suas próprias funções de planejamento, administração e pesquisa.

No âmbito deste setor, a descentralização por que passam as atribuições federativas têm colocado em pauta a importância de descentralizar as informações estatísticas. A questão mais importante para os esta-

dos está na forma como ela será feita. Esta descentralização, como qualquer outra, deve se dar de maneira articulada, mas respeitando-se as diferenças regionais existentes (Proserpio, 1994).

A facilidade que os estados possuem (quadro de pessoal, ligações com diversos outros órgãos estaduais etc.) e a responsabilidade em destacar as suas realidades locais - para que possam auxiliar nas análises feitas para a avaliação e o planejamento dessas mesmas realidades locais - são evidentes, pois as informações referentes a médias nacionais desconsideram a magnitude e a consequente diversidade existente em nosso país.

Para uma tomada de decisão que afetará o estado ou município, os agregados nacionais não são suficientemente eficazes pois são incluídos na média aqueles índices que estão mais próximos das extremidades do cálculo para mais ou para menos (que representam regiões, estados ou municípios) e que se destacam devido às suas peculiaridades regionais, o que foge das análises mais agregativas.

Existem neste setor vários mecanismos de restrição e controle de acesso aos dados públicos, que acabam dificultando a produção de vários tipos de informações. Consequentemente, isto serve de *limite* para a tomada de decisões o que, em última instância, atinge a própria capacidade do governo de produzir as informações de que necessita para a sua atuação e exercício do poder que lhe é atribuído.

A informação, portanto, está associada ao poder. Os agentes que dela dispõem podem decidir mais e melhor do que aqueles que não a possuem. Os que dispõem de informações qualificadas terão maiores chances de tomar decisões corretas, e aqueles que não as têm provavelmente decidirão sem bases consistentes. Qualquer que seja o nível estratégico ou operacional em que esteja o agente (um governador ou um dono de lanchonete, por exemplo) ele precisará de informações para decidir.

O bom desempenho da administração, planejamento e pesquisa públicas dependerá do acesso *amplo, geral e irrestrito* aos dados públicos, eliminando-se o vínculo que existe com os interesses exclusivos dos gestores de acervos de dados⁽²⁾ (Boschiglia, 1994). Como o poder da informação está atrelado à manutenção do poder político, observa-se, geralmente, que no setor público tem se investido apenas em informática

e sistemas de processamento eletrônico de dados para a formação de acervos de dados aos quais o usuário não tem livre acesso. Isto pode se constituir em obstáculo à percepção, pelos agentes, das nuances da sua realidade.

As dificuldades de acesso às informações por parte do usuário resultam, muitas vezes, dos próprios agentes do setor público, mas, em muitos casos, isso pode ocorrer em virtude da subjetividade de critérios. Ou seja, o acesso às informações não-sigilosas ou de restrição legal, depende da escolha por parte de determinados indivíduos - ocupantes de postos-chaves - que decidirão sobre o tipo e sobre a quem fornecer os dados e as informações.

A recente história política brasileira tem mostrado como a existência de informações - enquanto acervo de dados - pode contribuir para resolver muitos dos nossos problemas atuais.

Será muito difícil para uma sociedade desigual como a brasileira alcançar uma melhor distribuição dos benefícios que podem ser oferecidos pelo poder público, se os seus diversos agentes não tiverem informações sobre esta mesma sociedade. É bem verdade que não basta apenas a disponibilidade dos dados públicos, para resolver problemas como a fome e o desemprego. Mas o conhecimento da realidade exposta nos dados públicos pode permitir à sociedade participar, atuando junto aos detentores do poder público, contribuindo para que estes possam adequadamente corresponder aos anseios desta mesma sociedade, desde que haja ou se construa espaço político para tanto.

Os sistemas governamentais vêm sendo os que mais acumulam dados, mas, por outro lado, são os

" Sem desvincular-se das questões nacionais, a SEI tem oferecido à sociedade baiana, dentre outros trabalhos, uma gama de indicadores que buscam fornecer às diversas entidades públicas e privadas elementos não apenas que expliquem o passado econômico e social do nosso estado, mas também embasem ações que visem solucionar os principais problemas com que se defronta a nossa sociedade. "

que têm mais dificuldades na produção de informações para a sociedade. Muitos órgãos ainda dependem substancialmente de instituições centralizadas de processamento de dados mantidos pelo poder público - como os centros de processamento de dados (CPD's). Mas já existe há algum tempo a idéia de socialização dos dados, o que tem deslocado, gradativamente, o poder dos gestores de dados para os usuários. Em suma, a informação deve ser vista como elemento socializador do conhecimento e nivelador de oportunidades.

Indicadores da SEI

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), tem trabalhado no sentido de trazer subsídios para o planejamento e gerenciamento das questões relativas aos problemas enfrentados pela sociedade baiana. Sem desvincular-se das questões nacionais, a SEI tem oferecido à sociedade baiana, dentre outros trabalhos, uma gama de indicadores que buscam fornecer às diversas entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, elementos não apenas que expliquem o passado econômico e social do nosso estado, mas também embasem ações que visem solucionar os principais problemas com que se defronta a nossa sociedade. Aqui estão alguns destes indicadores.

Produto Interno Bruto da Bahia - o PIB-BAHIA é o indicador global do desempenho da atividade econômica do estado, e mede a participação dos seus principais segmentos na formação do valor agregado. Sua importância não se limita apenas ao planejamento governamental, sendo também amplamente utilizado por organismos privados que busquem analisar desempenho, elaborar projetos e cenários prospectivos e acompanhar os efeitos de políticas econômicas globais e regionais.

O indicador de **desempenho da indústria de transformação** tem importância fundamental para a avaliação de possibilidades de investimento, potencialidades e dificuldades do mercado, reflexos das políticas econômicas, expectativas empresariais, etc. O objetivo da pes-

quisa industrial elaborada mensalmente pela SEI é acompanhar a evolução da produção física industrial baiana em seu conjunto e dos seus setores mais relevantes.

Realizada desde 1989, mas tendo uma periodicidade mensal a partir de 1991, esta pesquisa registra o desempenho da indústria baiana através da variação do volume físico das empresas que compõem uma amostra que representa mais de 80% do Valor Bruto da Produção industrial do estado.

Os ponderadores baseiam-se nas informações do Censo Industrial de 1980 para o Estado da Bahia. Atualmente, procede-se à atualização destes ponderadores e dos índices da pesquisa, a partir das informações do Censo de 1985, o que permitirá a construção de indicadores mais próximos da realidade. Esta será a base de ponderação possível, na medida em que o órgão nacional de informações - IBGE - não mais produzirá o Censo de 1990, até que se possa substituí-lo.

Índice de Preços ao Consumidor - mede a variação mensal do nível de preços de 308 produtos e serviços consumidos em 270 estabelecimentos comerciais de Salvador pelas famílias que recebem até 40 salários mínimos e sua estrutura de ponderação é a pesquisa de orçamento familiar (POF) de 1987/88, do IBGE. Este indicador reflete não apenas os efeitos da política econômica nacional nos preços, mas também as variações decorrentes das especificidades e dinâmicas locais. Desde 1991, o seu sistema de processamento de dados passou a ser realizado inteiramente pelo CEI, em substituição à PRODEB.

Indicador de **evolução das vendas no comércio varejista de Salvador** - este indicador, obtido a partir dos dados da pesquisa realizada em convênio entre a SEI, a Federação do Comércio da Bahia, a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração da Bahia e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador, afere a evolução das vendas no comércio varejista de Salvador, através de informações sobre o faturamento mensal dos estabelecimentos que fazem parte de uma amostra intencional baseada na Guia de Informações de Arrecadação (GIA) do ICMS, da Secretaria da Fazenda, abrangendo os 12 ramos que compõem o varejo nesta cidade.

Através das GIA's, identificaram-se aqueles estabelecimentos que representam 80% das vendas do comércio da capital baiana.

Indicador de **diárias geradas nos hotéis classificados de Salvador** - elaborado em parceria com a Bahiatursa, este indicador leva em consideração os dados referentes ao número de hóspedes e sua permanência média nos hotéis classificados de Salvador. A pesquisa de fluxo de hóspedes é realizada, mensalmente, pela Bahiatursa, junto a 45 hotéis classificados. O número de turistas hospedados nestes hotéis representa 30% do total, sendo este grupo responsável por 75% do gasto total do turista no segmento hoteleiro. Esta pesquisa tem por objetivo indicar as variações no fluxo de turistas, observar sua sazonalidade, analisar a origem dos visitantes, visando auxiliar no planejamento de empresas públicas e privadas engajadas no esforço de desenvolver o turismo na cidade.

Indicador de **crescimento da produção agrícola e receita real dos agricultores** - elaborado juntamente com a Coordenação de Economia Rural da Secretaria de Agricultura, este indicador mensal baseia-se nas previsões de safra agrícola realizadas pelo GCEA/IBGE - grupo de formadores de opinião que é coordenado pelo IBGE - e nos preços médios em nível de produtor - apurado pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). As informações de área plantada, rendimento médio e produção física são apuradas pelas comissões regionais (COREAS), formadas por agricultores, agentes financeiros da agricultura, especialistas da EBDA e funcionários do IBGE. Embora a construção deste indicador seja recente, as pesquisas de opinião e as previsões de safra vêm se realizando há mais de vinte anos sem interrupção.

Portanto, os indicadores, enquanto componentes da informação, são de significativa relevância para a sociedade. Mas a sua utilização mais eficiente, sob o ponto de vista global, prende-se, como já foi visto anteriormente, à consideração de determinados aspectos, quais sejam: o fato de que a informação constitui-se como instrumento de poder; as dificuldades concernentes a seu acesso por parte dos usuários;

sua importância como instrumento na tomada de decisões e suas limitações enquanto elemento gerador do conhecimento. Suas metodologias são específicas, no sentido de que fornecem elementos para uma análise também específica que não reflete, se elaborada a partir de dados isolados, a dinamicidade econômica e social.

Notas

- 1 Entende-se Sistema de Informação como sistemas artificiais, estruturados, baseados em sistemas de processamento de dados (manuais, mecânicos ou eletrônicos) a partir dos quais os diferentes agentes decidem ou mudam seus comportamentos. Esses agentes se apropriam dos dados de forma consciente e através dos sentidos. (Boschilia, 1994).
- 2 Devem ser excluídos dessa posição aqueles dados considerados sigilosos e de segurança, impostos por lei.

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, Claudio W. O irracionalismo e a informação. *Folha de São Paulo*, São Paulo.

ATUALIZAÇÃO da base de ponderação dos índices de produção física - 1985. Pesquisa industrial - Bahia: metodologia. s.n.t.

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Da informação e da formação de seus profissionais. *Tecbahia*, Camaçari, v.9, n.3, p.84-85, set./dez. 1994.

BOSCHILIA, Emilio Carlos. Informática pública e o poder sobre a informação. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, n.83, p.47-64, set./dez. 1994.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES (BA). *Produto interno bruto - Bahia 1975/91: Metodologia e séries retrospectivas*. Salvador, 1992. 84p. il., tab., graf. (Série Especiais CEI, 7).

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES (BA). *15 anos de IPC: Preços ao consumidor / Salvador*. Salvador, 1992. 80p. il., tab., graf. (Série Especiais CEI, 4).

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA. *Pesquisa do comércio varejista em Salvador*. Salvador, 1993. 46p. il., tab.

FRANCO, Célia de Gouvêa. Peter Drucker: os novos desafios dos administradores. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 11 jul. 1995. (Relatório Especial).

PREVISÃO de safras agrícolas na Bahia. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador. SEI, n.14, p.20, jul. 1995.

PROSERPIO, Renata. Repartição de encargos governamentais: a função de informar. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.4, n.2/3, p.261-269, dez. 1994.

SÁ, Elizete Pereira. Informação: evolução do modelo organizacional. *Tecbahia*, Camaçari, v.1, n.1, p.74-76, mai./ago. 1993.

SALTAR da era da informação para a do conhecimento. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 7 jun. 1995. Reproduzido de *The Economist*.

* Frederico Santana dos Reis é economista da SEI.